

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.368 - MG (2019/0275925-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **GILMAR JOSE BARBOSA**
AGRAVANTE : **MARIA ISABEL ALVES BARBOSA**
ADVOGADO : **DANIELLE CAROLINE BARBOSA - MG150934**
AGRAVADO : **AMERICA DE PAULA SANTOS - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MARIA IRIS SANTOS MAIA DIAS - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **ANELIZE DO CARMO SERRA - MG037635**
DEBORA CASSIA NOGUEIRA SANTOS TORRES - MG067423

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POSSESSÓRIA. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA DEMONSTRAÇÃO DA JUSTA POSSE. ENTENDIMENTO NO SENTIDO DA PRETENSÃO POR AFASTAR O QUE FOI DECIDIDO EM ANTERIOR DEMANDA REIVINDICATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por GILMAR JOSÉ BARBOSA e OUTRA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurgiram contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 486):

APELAÇÃO - INTERDITO PROIBITÓRIO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA AFASTADA - POSSE DA REQUERIDA

RECONHECIDA EM AÇÃO ANTERIOR - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. Não há se falar em nulidade da sentença, quando se constata que a parte promoveu a regularização do polo passivo da lide.
2. A Ação de Interdito Proibitório, prevista no art.567 do CPC/2015, tem por objetivo proteger especificamente o direito de posse quando ainda não tiver sido efetuada a turbação ou o esbulho, mas houver o justo receio de que venha a ocorrer.
3. Reconhecida em ação reivindicatória o direito da requerida à posse do imóvel, é de ser mantida a sentença de improcedência do pedido formulado na inicial.
4. Preliminar rejeitada. Apelo desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 510-518).

No recurso especial, os recorrentes apontaram, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 1.210, § 2º, do CC; e 535, II, e 537, parágrafo único, do novo CPC.

Esclareceram que se opuseram ao acórdão que negou sua ação de interdito proibitório manejada contra a recorrida em razão de esta ter ameaçado demolir o imóvel construído pelos agravantes.

Afirmaram que a ação possessória não é o meio próprio para discutir a propriedade do imóvel, logo é irrelevante o debate, nesta ação, acerca de julgado resolvendo ação reivindicatória. Frisaram que estão no bem há mais de 20 (vinte) anos, o qual adquiriram de boa-fé do Sr. Fábio, antes da demanda reivindicatória ajuizada contra a Sra. Arlinda. Dessa forma, frisaram que têm a melhor posse do bem e, como consequência, o direito de nele permanecer e resguardá-lo contra a ameaça perpetrada pela agravada (e-STJ, fls. 521-538).

Nas razões do agravo, os agravantes impugnaram os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 592-600).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 614-619).

Brevemente relatado, decido.

Com base nas provas dos autos, o Tribunal estadual concluiu que não havia demonstração da melhor posse alegada pelos ora recorrentes, autores do interdito proibitório. Com efeito, firmou-se que estes buscaram, em verdade, afastar os efeitos de anterior ação reivindicatória, já julgada envolvendo o mesmo imóvel.

Veja-se (e-STJ, fls. 490-494):

No caso dos autos, restou devidamente comprovado que os apelantes adquiriram, através de contrato particular de promessa de compra e venda, celebrado em 20.10.1995, e registrado em 05.01.2006, um terreno rural parte da propriedade descrita pela transcrição nº 16.117,

Livro 3/Z, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia, circunscrição do Distrito de Jaboticatubas, denominado de Ponte da Fazenda da Serra (fls.11/11-verso). A prova pericial realizada neste processo, cujo laudo está acostado às fls. 205/273, constatou que a área objeto deste processo é a mesma da ação reivindicatória, autos de nº 01.001.038-4, em apenso.

Nos autos da Ação Reivindicatória em apenso, proposta em 26.09.1997, por América de Paula Santos contra Eli da Costa e Arlinda Maria de Oliveira, foi reconhecida, por sentença transitada em julgado, o direito da autora à propriedade do imóvel em litúgio, tendo sido determinado aos requeridos que desocupação do imóvel.

Neste processo, ficou incontroverso que os réus da ação reivindicatória, em apenso, Eli da Costa e Arlinda Maria de Oliveira são genitores e sogros dos autores da presente demanda.

Logo, como bem destacado pela sentença e não impugnado pelos apelantes, "o bem discutido no presente feito foi objeto de litúgio pela requerida em processo judicial que obedeceu o contraditório e o devido processo legal, conforme se vê das cópias juntadas às fls. 65/85. E, em obediência à determinação judicial foi expedida, em favor da requerida, mandado de desocupação compulsória, após processo de conhecimento".

Nesse contexto, os apelantes pretendem, através deste processo de interdito proibitório, afastar os efeitos da decisão proferida nos autos da Ação Reivindicatória em apenso, o que não é possível, conforme já decidiu este Tribunal.

[...]

Por fim, destaco que a alegação dos apelantes no sentido de que é "público e notório" o fato de que a apelada, juntamente com o Oficial do Cartório de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, se utiliza de documentos fraudulentos para tentar "tomar a posse de terrenos pertencentes a terceiros", e, por isso, inclusive, os dois estão sendo processados criminalmente, não está demonstrada nos autos.

Os apelantes sequer trouxeram aos autos a cópia da decisão proferida nos autos do processo criminal de nº 0346.07.013604-6, por eles mencionado, o qual, conforme consulta realizada no sítio eletrônico deste tribunal, encontra-se arquivado.

Destarte, incide o texto da Súmula 7/STJ, aplicável em quaisquer das alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator